

## **A PARTICIPAÇÃO E A CONSCIENTIZAÇÃO A RESPEITO DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SUA RECICLAGEM NA CIDADE DE CLÁUDIO**

**Frederico Cordeiro Martins**<sup>1</sup>

**José Vitor Lemes Gomes**<sup>2</sup>

### **Educação Ambiental**

### **RESUMO**

Esse trabalho consiste no esboço sobre as formas de participação popular e conscientização pública na coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis no município de Cláudio-MG. De acordo com informações concedidas pela Secretária Municipal de Meio Ambiente de Cláudio-MG são coletadas, em média, 15.000 Kg de lixo ao dia no município. Sabemos que parte considerável desse montante é composta por resíduos sólidos recicláveis não selecionados para reciclagem. Sabemos, também, que a destinação daqueles resíduos para o aterro controlado cria um problema ambiental devido à lenta decomposição dos mesmos. Frente a esse quadro são viáveis e urgentes ações no sentido de ampliar a coleta seletiva dos resíduos sólidos recicláveis. Desse modo, o presente artigo se justifica como uma proposta de extensão do conhecimento teórico para a prática favorável à uma economia sustentável e à preservação ambiental.

**Palavras-chave: Participação; conscientização; resíduos sólidos; coleta seletiva; reciclagem.**

### **INTRODUÇÃO**

A política relativa à coleta de lixo no município de Cláudio é promovida pela Prefeitura Municipal através da Secretária de Meio Ambiente que norteia sua atuação na Lei Orgânica do Município (que institui a Política Municipal de Saneamento Básico) e

---

<sup>1</sup> Mestre e professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Campus Unidade Cláudio, frederico.cordeiro.martins@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor e professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Campus Unidade Cláudio, jose.gomes@uemg.br

na Lei Municipal nº 1.532/2018. Além disso, o município também elaborou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos sólidos, como preleciona a Lei Municipal nº 12.305/10.

No âmbito de conselhos consultivos o Município conta com um Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente - CODEMA, vinculado ao Departamento de Meio Ambiente. É um órgão autônomo de caráter consultivo, deliberativo, normativo, de composição paritária (representantes da sociedade civil e administração pública). Foi criado pela Lei Municipal nº 1.403/2014.

Não existe cooperativa ou associação de catadores no município. Existem catadores dispersos, que só coletam determinados recicláveis, ou seja, aqueles de maior valor agregado. A administração pública tentou, em 2014, formatar uma cooperativa com os catadores da época (em torno de 10 pessoas) mas não houve interesse por parte deles. Hoje, com a implantação da coleta seletiva no município (em 04-09-2017), o número de catadores (ainda dispersos) é, aproximadamente, 22.

Quanto à prática de movimentos sociais o que se percebe hoje no município é o empenho das indústrias na realização das SIPATS que tem buscado uma parceria com o Departamento de Meio Ambiente para realização de palestras sobre o tema. O Grupo de RESGATE está empenhado em coletar óleo de cozinha para fazer sabão. No intuito de realizar conscientização pública a respeito do lixo o Departamento de Meio Ambiente, desde 2013, realizou Palestras de Educação Ambiental em todas as escolas do Município, distribuiu panfletos, utilizou a Rádio (IND FM 107,1), Facebook, site da prefeitura e ainda tem trabalhado em parceria com a Secretaria de Educação que, ao longo dos anos, tem desenvolvido varias atividades. Para iniciar a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis foram distribuídos, de porta em porta, um recipiente de saco de rafia para o armazenamento dos resíduos sólidos até a coleta. Objetiva-se com este trabalho:

- 1- Conhecer o grau de participação da população na coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis e constatar os diferentes setores e agentes da população engajados e não engajados na coleta.
- 2- Identificar agentes e setores da população que podem contribuir para coleta, tal como apontar seus papéis em ações coletivas.
- 3- Mensurar a eficácia das campanhas de conscientização já existentes compreendendo as causas de sucesso/insucesso das mesmas e, desse modo, indicar

correções e adequações para campanhas futuras.

- 4- Identificar setores e agentes da população dotados de potencial para atuar em campanhas de conscientização bem sucedidas.
- 5- Compreender as causas da inexistência de uma associação de catadores no município de modo que os obstáculos para sua constituição possam ser superados.

## **METODOLOGIA**

A investigação que está em seu começo partiu de uma revisão bibliográfica sobre o assunto e, após esta primeira etapa que será melhor apresentada na análise e discussões, partimos para um plano futuro de diagnóstico da participação da população na coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis e dos diferentes setores e agentes da população engajados e não engajados na coleta, bem como daqueles com potencial de atuação em campanhas de conscientização, além da identificação das causas de sucesso ou insucesso das mesmas.

Reuniões com os órgãos responsáveis da prefeitura da cidade de Cláudio e catadores são objetos de uma tentativa de convencimento para a associação de catadores, que deverá ser mais bem trabalhada com o acompanhamento psicossocial, numa tarefa inclusiva, além da articulação de um modo de diagnosticar como o trabalho em prol da educação ambiental tem sido praticado pelas escolas e se tem ocorrido essa extensão de conscientização nas famílias dos educandos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente coordena a coleta do lixo em Cláudio. Essa coleta é feita com funcionários e veículos da Prefeitura vinculados a Secretária Municipal de Obras. Nessas condições, o poder público municipal dispõe de sete (7) funcionários e um (1) caminhão para coleta do lixo. Além disso, a Prefeitura ainda dispõe de uma prensa utilizada para os resíduos sólidos recicláveis. A Secretária do Meio Ambiente, Maria Helena Gonçalves Mitre Amorim, colaborou com esse trabalho ao dispor várias informações sobre o assunto e mostrou-se como uma potencial aliada do projeto. De acordo com a secretária já houve empenho, por parte da Prefeitura, para formação de uma associação de catadores, porém não houve consenso entre os mesmos.

A efetivação de uma associação continua sendo um anseio da Prefeitura que poderá dispor a prensa, um caminhão e um galpão. No âmbito da conscientização já existem ações, por parte da Secretaria de Meio Ambiente, que podem ser intensificadas pelas ações traçadas a partir desse projeto. Verificamos a necessidade de estimular e desenvolver a participação e a conscientização a respeito da coleta seletiva de resíduos sólidos e sua reciclagem, que podem se dar através do associativismo, uma que vez que, isolados, os catadores vendem os materiais por um valor agregado menor. Ocorre que há restrições por parte dos catadores quanto à efetivação de uma associação, com forte indisposição para o associativismo, além de uma grande pressão por parte do comprador dos resíduos recicláveis sobre os catadores para que não se associem.

## CONCLUSÕES

O desenvolvimento do trabalho continua em progresso. Podemos falar que até o momento as primeiras impressões são de que o trabalho em prol do coletivo não será fácil de ser praticada entre os sujeitos catadores e que esperamos que com o restante da população de Claudio-MG não haja a mesma resistência para a execução do projeto. Contudo, entendemos que a oportunidade da UEMG-Cláudio participar da construção do projeto de resíduos sólidos é uma realidade e que o trabalho será de longo prazo, o que trazemos nesta escrita é apenas as primeiras impressões da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, A (2009), “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. *Lua Nova*, 76: 49-86.
- AVRITZER, Leonardo. (1997), “Um desenho institucional para o novo associativismo”. *Lua Nova — Revista de Cultura Política*, 39: 149–174.
- BORBA, J. & LUCHMANN, L. A representação política nos conselhos gestores de políticas públicas. *URBE. Revista brasileira de gestão urbana*. V.2, n.2, p.229-246, jul/dez. 2010.
- BORTOLI, Mari Aparecida. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. *Rev. Katál*, v.12, n.1, jan/jun, 2009.
- BOSCHI, Renato. (1987), *A arte da associação*. Rio de Janeiro, Vértice/Iuperj.

- BRINGHENTI, J. & GÜNTHER, W. Participação social em programas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos. Eng. Sant. Ambiental. V.16, n.4, out/dez, 2011. P421-430.
- BRINGHENTI, J.R. Coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos: aspectos operacionais e da participação da população. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- DEMAJOROVIC, Jacques at. al. Integrando empresas e cooperativas de catadores em fluxo reverso de resíduos sólidos pós consumo. Caderno EBAPE, v.12, edição especial, ago, 2014.
- GOHN, M.G. Teorias sobre os movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 2000.
- KERSTENETZKY, C. L (2003), “Sobre associativismo, desigualdades e democracia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (53): 131-152.
- PEREIRA, M & TEIXEIRA, M. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. Cad. EBAPE, v.9, n.3, set, 2009.
- RBCS, vol.29, nº85, junho/2014.
- RIBEIRO, L.M.; JACOBI, P.R.; BESEN, G.R. et al. Coleta seletiva com inclusão social: cooperativismo e sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2009.
- SANTOS, Gemelle & SILVA, Luiz. O significado do lixo para garis e catadores de Fortaleza. Rev. Ciência e Saúde Coletiva, v.16, n.8, Nov, 2011.
- TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-103.
- TATAGIBA, L. A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas em São Paulo. In: AVRITZER, L. (Org.). A participação em São Paulo. São Paulo: UNESP, 2004. p. 323-370.
- TEIXEIRA, A. C. Conselhos gestores de políticas públicas e poder legislativo. In: WENDHAUSEN, A. L.; KLEBA, M. E. Conselhos gestores e empoderamento. Brasília: CNPq, 2007.
- WENDHAUSEN, A. L.; KLEBA, M. E. A participação em conselhos gestores municipais de dois municípios catarinenses na visão dos conselheiros. Itajaí; Chapecó: [s.n.], 2008.